

# Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha

René E. Gertz\*

**Resumo:** Os descendentes de alemães no Brasil representaram um fator de interferência nas relações do país com a Alemanha. Assim, entre 1870 e 1914, e, novamente, após a ascensão dos nazistas ao poder, em 1933, se imaginava que as regiões por eles habitadas poderiam servir como base para uma invasão alemã. Após a Segunda Guerra Mundial, não se pensa mais assim, mas eles continuam sendo encarados como um problema.

**Palavras-chave:** Relações Brasil-Alemanha. Perigo alemão. Neonazismo.

**Abstract:** The German descendants in Brazil represented a factor of interference in the relations between the country and Germany. In this manner, between 1870 and 1914 and again after the ascension of the Nazi Party in 1933, people imagined that the regions habited by them, could serve as a base for German invasion. After the Second World War, people don't think like this anymore, but German descendants continue to be seen as a problem.

**Keywords:** Brazilian-German relations. German peril. Neo-Nazism.

As relações entre o Brasil e a Alemanha foram afetadas – de forma negativa<sup>1</sup> – pela presença, aqui, de imigrantes, no mínimo, desde que esta última se tornou um país unificado, em 1870.<sup>2</sup> A partir desse momento, os imigrantes e seus descendentes passaram a ser vistos – por uma parcela da opinião pública brasileira e internacional – como potencial cabeça-de-ponete para uma aventura imperialista por parte de uma Alemanha que havia chegado tardiamente ao mercado colonial. No período que vai da fundação do Império Alemão até a Primeira Guerra Mundial, as referências a um “perigo alemão” foram uma constante, chegando a haver colunas permanentes sobre o tema em determinados jornais do Brasil, e notícias freqüentes na imprensa de outros países.<sup>3</sup> Quanto mais se aproximava a data do confronto inter-imperialista de 1914-1918, tanto mais se acirrava, no Brasil, o debate entre “francófilos” (que alertavam para tal perigo) e “germanófilos” (que defendiam posição contrária), com uma grande quantidade de escritos que refletem esses dois posicionamentos.<sup>4</sup>

Esse debate amainou um pouco entre 1918 e 1933, em virtude da derrota alemã na guerra e da conseqüente fragilidade política e militar da República de Weimar, mas retornou, com intensidade, após a ascensão dos nazistas ao poder, quando, novamente, se começou a aventar uma possível invasão alemã do Brasil. Esse medo se refletiu na política de “nacionalização”, durante o Estado Novo.<sup>5</sup>

Não se trata aqui de avaliar aquilo que “realmente” aconteceu – se o “perigo alemão”, no sentido indicado, existiu ou se foi pura imaginação ou paranóia.<sup>6</sup> Fato é que muita gente o encarou como real, e, nessa qualidade, ele, obviamente, afetou as relações entre Brasil e Alemanha. Ainda que, talvez, continuasse a existir uma minoria que acreditava em alguma coisa do gênero para o período posterior à Segunda Guerra Mundial, essas posições são, hoje, sem dúvida, absolutamente marginais, e não mais afetam, de forma significativamente negativa, as relações entre os dois países. Mas determinados padrões de pensamento sobre a população de origem alemã no Brasil – sobretudo, a dos estados sulinos – criaram raízes muito profundas, no decorrer de tantas décadas, e sobrevivem, ainda que a forma em que se imagina o “perigo” tenha mudado.

Isso tem a ver com o fato de que a suposição sobre uma eventual invasão alemã das áreas em que se concentravam os alemães e seus descendentes – em especial no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – estava, invariavelmente, acompanhada de uma visão sobre a integração dessas populações à realidade brasileira. Nesse sentido, destacava-se a suposta resistência delas em integrar-se à realidade política e cultural brasileira, que estaria evidenciada na manutenção da

\* Professor nos Departamentos de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gertz@cpovo.net

<sup>1</sup> Aspectos de influência positiva das relações entre os dois países através da presença de imigrantes e descendentes não serão tematizados neste texto. Para um estudo recente nessa perspectiva, cf. ROEHE, Nara Simone Viegas Rocha. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil-Alemanha*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (dissertação de mestrado).

<sup>2</sup> Isso não significa desconhecer questões anteriores, como a proibição prussiana de emigração para o Brasil, através do Rescrito de von der Heydt (CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke da UNISC, 1995, p. 97 e segs.).

<sup>3</sup> Duas teses acadêmicas divergentes sobre o tema são HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. Rostock/Alemanha, 1966 (tese de doutorado); BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Colônia/Alemanha: Böhlau Verlag, 1971.

<sup>4</sup> Sobre o “perigo alemão”, cf. GERTZ, René E. A tradição do “perigo alemão” no Rio Grande do Sul. *Vidya*, Santa Maria: FAFRA, ano 17, n. 29, 1998, p. 73-83. “Germanofilia” encontramos em: PORTO ALEGRE, Augusto. *A defesa da Alemanha e dos alemães no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Pap. e Typ. Sportiva – Maximiano Martins & Cia., 1915; ABRANCHES, Dunshee de. *A ilusão brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917; SERVA, Mario Pinto. *A Alemanha calumniada*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., s. d.

<sup>5</sup> A respeito dos conflitos diplomáticos entre Brasil e Alemanha, nas décadas de 1930 e 1940, cf. SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 116 em diante. Sobre a “nacionalização”, cf. GERTZ, René E. *O Esta-*

do Novo no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005, p. 144-177.

<sup>6</sup> Os clássicos de origem policial, deste período, são PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942; e Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina (ed.). *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944. Aparentemente, não foi publicado nenhum livro expressivo para se contrapor a esta corrente.

<sup>7</sup> Como essa opinião representa unanimidade no senso comum, é necessário destacar que aqui só se reproduz esse senso comum – sem discutir seu caráter real ou fictício. Maiores detalhes podem ser encontrados em GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998; GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

<sup>8</sup> Parece que nesse momento houve uma constelação favorável a essa mudança. Naquilo que tange, especificamente, ao Rio Grande do Sul, o governo do estado era exercido por Euclides Triches (um descendente de italianos), que instituiu o “biênio da imigração e colonização” para comemorar os 150 anos de colonização alemã (em 1974) e os 100 anos de colonização italiana (em 1975), e o governo federal era exercido por Ernesto Geisel (um descendente de alemães).

<sup>9</sup> Uma tentativa de análise dos resultados eleitorais, sob esta perspectiva, pode ser vista em GERTZ, René E. Eleição e racismo no Rio Grande do Sul, *Veritas*, Porto Alegre: PUCRS, vol. 36, n. 142, p. 223-229, 1991; e D. O. *Leitura*, encarte do *Diário Oficial* do Estado de São Paulo, setembro de 1991, p. 6-7.

<sup>10</sup> Ainda que Collares, efetivamente, tivesse sofrido uma clara derrota em alguns municípios típicos de colonização alemã, não poderia ter esperado resultado mais favorável diante do comportamento eleitoral dos cidadãos dos respectivos municípios em eleições anteriores, quando os candidatos foram, exclusivamente, brancos. A afirmação genérica de que “Collares [foi] derrotado na maioria das cidades de colonização alemã do estado” não é verdadeira.

língua alemã no cotidiano, num baixo índice de casamentos inter-étnicos e no total desinteresse pela política, pela cidadania e pelo Estado brasileiros. Disso, teriam resultado “quistos étnicos”, encarados como grande problema para a constituição e consolidação da nacionalidade brasileira.<sup>7</sup>

Apesar da campanha de “nacionalização” levada a efeito pelo governo brasileiro de 1938 a 1945, essas características não teriam sido erradicadas por completo, motivo pelo qual o tratamento de “alemão batata” em relação a essa população, por exemplo, sobreviveu pelas décadas de 1950 e 1960. Finalmente, em meados da década de 1970, houve uma reversão ao menos parcial nessa situação, quando aquilo que vinha sendo criticado havia décadas – a preservação de características étnico-culturais – passou, agora, a ser valorizado, em vez de, simplesmente, condenado, ocorrendo, como conseqüência, um processo que se poderia chamar de re-etnização.<sup>8</sup> Resultado dessa mudança foram, entre outros, o aparecimento e a difusão das festas étnicas, das quais os diferentes *Oktoberfeste* são um exemplo típico.

Mesmo assim, ainda na década de 1970, registrou-se uma série de referências, na imprensa, a respeito da sobrevivência continuada de velhos males atribuídos à população de origem alemã – como racismo, anti-semitismo, “neonazismo”. E as notícias sobre esses males se multiplicaram, sobretudo, depois do final do regime militar e da promulgação da Constituição de 1988.

É sobre isso que tratarão as páginas que seguem. Muito mais do que analisar as origens e muito mais do que tentar definir aquilo que é real nesse processo, para, eventualmente, contrapô-lo aquilo que, talvez, seja pura imaginação, de lado a lado, se tentará, apenas, apresentar alguns fatos concretos – ainda que, em alguns casos, acompanhados de um pequeno comentário.

Os episódios refletem uma realidade que é permanente, mas que se manifesta de forma mais explícita em contextos favoráveis ao seu afloramento. Um desses momentos de afloramento ocorreu nas eleições de 1990 ao governo do Rio Grande do Sul, quando um dos candidatos era negro (Alceu Collares). Inúmeras foram as referências na imprensa sobre a ferrenha oposição que Collares enfrentaria nas regiões de colonização alemã e italiana. As matérias jornalísticas se posicionavam em um leque que ia da lamúria sobre o destino eleitoral do negro, passando pela ironia, para chegar ao deboche. Assim, a revista *Veja* de 28 de novembro e 5 de dezembro de 1990, por exemplo, escreveu sobre a expectativa absolutamente negativa que havia quanto às possibilidades eleitorais entre a população das regiões citadas, onde “*alemães e italianos jamais dariam seu voto ao candidato negro*”.<sup>9</sup>

Um exemplo de texto que, no mínimo, beirava o deboche encontramos no jornal *Zero Hora* de 18 de novembro do mesmo ano, quando um jornalista escreveu que, no pequeno município “colonial” de Nova Hartz, Collares havia vencido, no primeiro turno, mas que esse município “*não fica em nenhum estado alemão e tampouco os eleitores gaúchos que lá moram tiveram de votar em trânsito – o que não é permitido nestas eleições*”. Comentando o resultado no conjunto do estado, o jornal *Correio do Povo* de 27 de novembro mancheteou que o concorrente de Collares no segundo turno, “*Marchezan, [foi o] preferido dos ‘alemães’*”, explicando aos leitores que “*conservadorismo, tradição ou até mesmo racismo, estes podem ser alguns dos fatores que influenciaram para que o candidato Alceu Collares fosse derrotado na maioria das cidades de colonização alemã do estado*”.<sup>10</sup>

Outro contexto em que a posição negativa, muitas vezes latente, de grande parte da opinião pública brasileira sobre os “alemães” do Rio Grande do Sul aflorou aconteceu no período em que o movimento separatista liderado por Irton Marx, residente em Santa Cruz do Sul, um dos municípios mais típicos de colonização alemã, esteve em evidência, nos primeiros anos da década de 1990. Na oportunidade, no intelectualizado caderno “Mais” da *Folha de São Paulo*, de 16 de maio de 1993, por exemplo, podia ler-se que o fato de que o separatismo traria ameaças à segurança nacional “*não deve causar qualquer efeito na sensibilidade animal dos arianos do sul*”, os quais teriam como único objetivo “*perpetuar a monotonia*”

*loiríssima dos cabelos da gente e a farta cabeleira dos campos de trigo da paisagem sulista*". Manifestações semelhantes apareceram em grande quantidade nos mais diferentes meios de comunicação, atribuindo o referido movimento separatista exclusivamente aos "alemães", como decorrência de seu suposto brutal racismo.<sup>11</sup>

Uma vivência pessoal fornece outra ilustração para aquilo que se passava na cabeça de jornalistas e de parte da opinião pública em geral, naquele momento. No auge das discussões sobre separatismo, o autor destas linhas foi convidado para uma mesa-redonda sobre o tema, numa das principais emissoras de rádio de Porto Alegre. Quando um dos componentes da mesa afirmou que o separatismo tinha origem exclusiva na população de descendência alemã, em razão do brutal racismo que caracterizaria essa gente, o moderador da mesa se virou para mim e perguntou qual era minha opinião sobre essa afirmação. Respondi que essa era a opinião praticamente unânime do senso comum, mas que não se tratava de uma verdade incontestável; que tentativas de "medir" com métodos minimamente objetivos se os "níveis" ou a intensidade de racismo na assim chamada "colônia alemã" eram, de fato, muito superiores aos do restante do estado, ainda não haviam conseguido confirmar essa suposição. Para ilustrar, apresentei um exemplo de como se pode testar a hipótese desse suposto "volume" muito superior de racismo, recorrendo ao resultado das citadas eleições de 1990, justamente no município de Santa Cruz do Sul, onde reside o líder separatista Irton Marx.

Para tanto, apresentei o quadro abaixo, que possibilita comparar as eleições estaduais de 1990 com as municipais de 1988. Observei que Marx não havia recebido mais de 0,8% dos votos ao concorrer a prefeito, em 1988, o que sugeria que nem toda a população do município o apoiava de forma entusiástica e irrestrita; que nesta eleição de 1988 fatores raciais ou étnicos não devem ter exercido grande influência, já que todos os candidatos tinham sobrenomes alemães, e que, portanto, ela refletiu um status "neutro" ou "normal" da política local em relação a esse aspecto; que na eleição de 1990, a governador, o campo conservador (PDS) – onde, em tese, se poderia pressupor uma maior tendência para um voto racista – havia conseguido mais ou menos o mesmo número de votos que na eleição anterior, não abrigo, portanto, enormes massas de votantes que haviam "fugido" de votar no negro Collares; que, naquilo que tange às demais tendências partidárias, Collares, justamente, havia "roubado" um número muito elevado de votos aos seus concorrentes absolutamente brancos (José Fogaça e Tarso Genro). Concluí que, dessa forma, os dados objetivos do resultado eleitoral não permitiam atribuir, sem mais nem menos, um racismo infinitamente superior da população de Santa Cruz do Sul, quando comparada com o conjunto da população gaúcha.

Partido	Eleições 1988 – prefeito		Eleições 1990 – governador			
	Candidato	Votos	1º turno		2º turno	
			Candidato	Votos	Candidato	Votos
PDT	Harry Weimer	<b>2.538</b>	<b>Collares</b>	<b>12.732</b>	<b>Collares</b>	<b>25.048</b>
PSB	<b>Irton Marx</b>	<b>565</b>	-	-	-	-
PMDB	Roberto Künzel	<b>18.263</b>	Fogaça	<b>13.017</b>	-	-
PT	João P. Schmidt	<b>14.390</b>	Genro	<b>4.655</b>	-	-
PDS	Arno Frantz	20.549	Marchezan	20.845	Marchezan	22.430
PL	Norberto Schmidt	426	-	-	-	-
	Branco/nulos	7.005		16.133		18.967
	Total	63.736		67.382		66.045

Fonte: TRE-RS.

Quando terminei esse raciocínio, o jornalista-moderador do programa mostrou-se muito contrariado, e insistiu que ele também tinha dados bem objetivos para provar que minha conclusão estava errada. Contou que um jornalista negro

<sup>11</sup> GERTZ, René E. Separatismo e anti-racismo. *Indicadores econômicos*, Porto Alegre: FEE, vol. 21, n. 3, p. 168-175, 1993. Outro exemplo de manifestação na mesma direção foi uma reportagem do *Fantástico*, da Rede Globo, sobre o separatismo gaúcho, em 2 de maio de 1993.

da emissora fora *para a Alemanha* fazer um estágio e que os colegas radialistas de lá o haviam aconselhado a não visitar Hamburgo e Berlim, pois poderia ser vítima de um ataque racista. E, elevando a voz, concluiu, de forma enfática: “*Esses também são dados absolutamente objetivos, professor!*”

A lógica subjacente à fala desse jornalista é a de que continua a haver uma intensa e continuada troca de “substância”, uma “osmose”, entre a população *alemã na Alemanha* e a população *de origem alemã no Brasil*, e eventuais alterações do comportamento naquele país se refletem, de forma óbvia e automática, aqui – sobretudo quando se trata de alterações negativas. Essa lógica não é rara no senso comum, e encontrável até os dias atuais, como tentarei mostrar logo a seguir.

Ainda que a intensidade da discussão em torno do separatismo tenha diminuído a partir de 1993, as suspeitas e as críticas em relação à população de origem alemã continuam até os dias de hoje. Dois exemplos recentes – entre vários outros – podem ilustrar isso. O primeiro é de 2005, quando foi noticiado um rumoroso caso de racismo contra o jogador negro Tinga, do Internacional, de Porto Alegre, em Caxias do Sul, a mais típica “colônia italiana” do Rio Grande do Sul. O tema foi amplamente debatido na imprensa, e nos dias 11, 12 e 13 de dezembro daquele ano o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, publicou uma série de três longas reportagens sobre “racismo e futebol”. Nelas, além de algumas generalizações, foram relatados incidentes concretos suposta ou efetivamente ocorridos em Ivoti, Dois Irmãos, Cruzeiro do Sul, Campo Bom, Sapiranga e Taquari – além do caso de Encantado, referido a seguir. Os seis primeiros municípios são típicos de colonização alemã. Isso levou o autor da reportagem a informar que “o contraste da cor da pele provoca desmedidas reações no interior gaúcho. Há localidades em que os jogadores falam alemão ou italiano em campo e assim xingam os árbitros”.<sup>12</sup>

O interesse subjacente à reportagem ficou evidente quando o autor se referiu a um episódio suposta ou efetivamente racista acontecido em Encantado, e, neste contexto, recorreu – de forma consciente ou não – a uma falsificação histórico-geográfica para validar sua tese. Entre a população do município de Encantado, evidentemente, há cidadãos de sobrenome alemão, mas esse município é típico de colonização *italiana*. Na matéria jornalística, no entanto, pôde ler-se que a “*cidade a 149 quilômetros de Porto Alegre, [é] de maioria alemã e polonesa entre seus 20 mil habitantes*”.<sup>13</sup> Com a classificação de Encantado como município de colonização alemã, a matéria transformou o racismo no futebol, em definitivo, num problema tipicamente “alemão”.<sup>14</sup>

No entorno desta matéria, também transpareceram indícios da convicção de que continua a existir uma influência, uma “osmose”, da situação na Alemanha sobre a população brasileira de descendência alemã. Isso aconteceu quando, em outra seção do mesmo jornal, um colunista deu a entender que o racismo supostamente reavivado na Alemanha após a “queda do muro”, em 1989, pode ter-se refletido, de forma automática, sobre os descendentes no Brasil. É que na *Zero Hora* existe, nas páginas 2 e 3, uma coluna de miscelânea chamada “Informe Especial”, onde, no dia 13 de dezembro de 2005 (dia da publicação da última reportagem sobre “racismo e futebol”), o jornalista responsável por esta seção – numa espécie de editorial – se disse satisfeito com as medidas repressivas tomadas em relação às manifestações racistas, mas julgou que a questão “*não pode ser enfrentada somente com o rigor da lei, pois depende, sobretudo, de conscientização para o problema, que inclui atenção a fatores educacionais e culturais*”.<sup>15</sup>

Interessante nessa formulação é a referência à necessidade de tomar medidas “culturais” – no jornal, não havia nenhuma explicação sobre que isso significaria na prática, mas pode-se imaginar por que o autor se referiu a elas quando se atenta para o fato de que pouco abaixo desse texto aparecia uma pequena nota intitulada “Germânicas”. Nela, foram arrolados números sobre delitos cometidos pela extrema direita na Alemanha, entre 1989 e 2005. Claro que o colunista pode alegar que a publicação de dados estatísticos sobre delitos basicamente racistas,

<sup>12</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de dezembro de 2005, p. 57.

<sup>13</sup> *Ibid.* A referência à origem polonesa de uma parcela da população de Encantado deve-se, provavelmente, ao fato de que o sobrenome de um dos jogadores envolvidos no episódio é polonês. De fato, não há contingentes significativos de população de origem polonesa no município.

<sup>14</sup> A reportagem não insistiu em racismo contra jogadores, mas, sim, contra árbitros negros. Deve-se destacar que referências ao racismo dos descendentes de italianos são, igualmente, freqüentes – estavam presentes, por exemplo, na época da eleição de Collares, como já referido. Mas, de maneira geral, há maior condescendência com eles do que com os descendentes de alemães. A respeito da avaliação diferenciada sobre os dois grupos, durante o Estado Novo, cf. GERTZ, *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, p. 152 e segs.

<sup>15</sup> O grifo é meu (REG).

na Alemanha, em lugar muito próximo ao editorial sobre racismo no futebol gaúcho – considerado um problema *cultural* – pode ser pura coincidência. Mas também não é de todo arbitrário partir da suposição de que essa nota tenha sido colocada ali para mostrar que a explicação para o racismo no futebol daqui é a seguinte: o suposto ou efetivo recrudescimento do racismo na Alemanha, após 1989, repicou entre os descendentes de alemães, aqui no Brasil, manifestando-se nos supostos ou efetivos atos racistas no futebol gaúcho.<sup>16</sup>

O segundo exemplo de uma investida bastante crítica contra os descendentes de alemães, na imprensa gaúcha, aconteceu em 2007. Nesse ano, o ex-perseguido político do regime militar brasileiro Agassiz Almeida publicou um extenso livro sobre *A ditadura dos generais: Estado militar na América Latina – o calvário da prisão*.<sup>17</sup> No livro, o autor defende a tese de que os regimes militares do Cone Sul, na segunda metade do século XX, tiveram sua origem no militarismo alemão introduzido, *para toda a América Latina*, através dos imigrantes alemães (e italianos) vindos ao Rio Grande do Sul, a partir de 1824. No dia 3 de agosto de 2007, o jornal *Correio do Povo*, na página 28, escreveu que “o lançamento [do livro] em Porto Alegre assume um relevo histórico, na visão do escritor Agassiz Almeida, pelo fato de que foi no Rio Grande do Sul onde o militarismo no Brasil e na América Latina fincou as suas primeiras raízes, por meio da corrente imigratória de alemães e italianos”. Ainda que, aqui, a referência seja feita a um suposto fato historicamente distante, é evidente que os leitores do jornal não devem ter interpretado a publicação dessa nota como uma manifestação de simpatia para com os atuais descendentes de alemães (e italianos) no estado.

Essa visão sobre a população de origem alemã, porém, não se encontra apenas no senso comum. No mínimo desde o final do regime militar, a imprensa brasileira vem dedicando atenção a manifestações e a atos classificados como “neonazistas”.<sup>18</sup> Segundo a imprensa, os grupos responsáveis por esses atos se concentram, sobretudo, nos estados de São Paulo para o sul. Movimentos separatistas e anti-semitas foram – por razões aparentemente plausíveis – enquadrados como “neonazistas”. E esses movimentos foram objeto de estudos acadêmicos nos quais o senso comum foi assumido como verdadeiro, sem uma avaliação crítica, que costuma ser vista como uma característica necessariamente presente num trabalho que se pretende científico. Esses estudos costumam pressupor como óbvia uma continuidade entre a presença de militantes do partido nazista, na década de 1930, e o separatismo e o anti-semitismo atuais.

Nesse sentido, Caroline Kraus Luvizotto, em dissertação de mestrado defendida, em 2003, na UNESP de Marília, tratou, longamente, da presença do nazismo, nos anos 1930, para estabelecer uma relação de continuidade entre a existência de atividade nazista, algumas décadas atrás, e o separatismo atual de Irton Marx.<sup>19</sup> Natalia dos Reis Cruz, por sua vez, em dissertação defendida na Universidade Federal Fluminense, em 1997, estabeleceu a mesma relação de continuidade ao tratar do anti-semitismo difundido por Siegfried Ellwanger Castan, através de sua Editora Revisão. Além disso, ela vinculou esse movimento anti-semita ao conjunto da população de origem alemã, ao escrever:

Os objetivos deste estudo são dois: primeiro, situar a Editora Revisão em seu contexto histórico-cultural. É importante salientar que o proprietário da editora, Siegfried Ellwanger Castan, é um descendente de alemães, sendo, portanto, necessário incluir a análise da presença de colônias alemãs no sul do Brasil.<sup>20</sup>

Em ambas as dissertações, porém, não há uma preocupação efetivamente séria, científica, de comprovar essas suas afirmações. O senso comum, plausível, aparentemente foi considerado tão óbvio que forneceu a garantia de sua veracidade. Esses dois casos mostram a força e a abrangência do senso comum na matéria. Essa força e essa abrangência são tão amplas e incontestadas que o “neonazismo” acaba se transformando em um fenômeno que – também para a ciência – envolve exclusivamente a população de origem alemã.

<sup>16</sup> Deve-se destacar, com ênfase, que o jornal *Zero Hora* e outros órgãos de imprensa que publicam matérias semelhantes às citadas não divulgam esse tipo de posicionamento de forma sistemática e exclusiva. Pelo contrário, nelas pode-se encontrar, com *grande frequência*, estereótipos extremamente simpáticos sobre a “colônia alemã”, com elogios às suas comidas, às suas alegres festas, à beleza e à simpatia de seus habitantes. Isso sugere que essas opiniões são específicas dos jornalistas que subscrevem as respectivas matérias.

<sup>17</sup> Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>18</sup> Movimentos e atos bastante diferentes entre si recebem essa classificação. A adequação (ou não-adequação) dessa classificação não será analisada aqui, motivo pelo qual a expressão é apresentada entre aspas.

<sup>19</sup> LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *Etnicidade e separatismo no Rio Grande do Sul*. Marília: UNESP, 2003.

<sup>20</sup> CRUZ, Natalia dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Rio de Janeiro: UFF, 1997 (dissertação de mestrado), p. 3.

Mais recentemente, recrudesceram manifestações e atos “neonazistas” praticados, sobretudo, por jovens, incluindo a utilização da Internet para divulgar as idéias e as ações desses grupos. E é justamente sobre esta última temática que foi apresentada uma dissertação de mestrado na UNICAMP, no final de 2007. Trata-se de um trabalho acadêmico escrito e apresentado por Adriana Abreu Magalhães Dias, intitulado *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*.<sup>21</sup> Nesse trabalho, a autora informa que existem, no Brasil, cerca de 90.000 “pessoas diretamente envolvidas em grupos neonazistas, cerca de metade disso apenas no estado de Santa Catarina”; afirma, também, que o site *Valhalla* “tem sua sede em Santa Catarina”. Depois de falar da imigração alemã e da suposta ou efetiva manutenção da identidade étnica alemã – quando recorre aos trabalhos clássicos da antropóloga Giralda Seyferth –, escreve: “Como seus antepassados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os internautas do neonazismo no Brasil são separatistas...”.<sup>22</sup>

Aqui está reproduzido o senso comum dominante de que os “neonazistas” são, predominantemente – quando não exclusivamente –, de descendência alemã. E já que o estado de Santa Catarina costuma ser etiquetado como o mais “germânico” do Brasil, a plausibilidade do resultado da dissertação, com certeza, convencerá a massa de seus leitores que, efetivamente, os “neonazistas” se concentram, maciçamente, nesse estado, e que são, majoritariamente, de descendência alemã. É evidente que essa possibilidade não pode ser descartada como hipótese de trabalho para uma tese acadêmica. Mas, no presente caso, há alguns aspectos que não foram solucionados de forma satisfatória, e, no mínimo, tornam legítimo levantar a suspeita de que a influência do senso comum pode ter sido maior do que é admissível num trabalho acadêmico crítico.

Um primeiro questionamento se refere às fontes da autora a respeito dos números sobre os “neonazistas” no Brasil, em geral, e em Santa Catarina, em particular – um único site de uma ONG anti-racista.<sup>23</sup> Verbalmente, a autora tem insistido que suas pesquisas nos sites “neonazistas” mostraram que as afirmações quanto aos números sobre Santa Catarina e quanto à origem étnica dos “navegadores” de Internet, naquele estado, são verdadeiras. Mas no corpo da dissertação, acessível ao público, não há nem explicitação da metodologia da pesquisa para chegar a esses números, e, muito menos, dados concretos que comprovassem as afirmações – nem no texto em si nem nos anexos. Isso sugere que a convicção previamente internalizada a partir daquilo que é considerado líquido e certo pelo senso comum levou a uma certa despreocupação com *provas*.

Mas há ainda outros indícios que poderiam ter despertado na autora da dissertação a necessidade de uma pesquisa mais profunda e sistemática para tentar confirmar (eventualmente, refutar – mas, no mínimo, nuançar) os resultados. Um primeiro indício desses é o fato de que uma investigação simples de Internet – afinal, o instrumento utilizado pela autora – aponta para o registro de muito mais incidentes “neonazistas” no Rio Grande do Sul e no Paraná do que em Santa Catarina.

Um segundo indício significativo é que, nos dois primeiros estados, a presença dominante – e, muito menos, exclusiva – de sobrenomes alemães entre os envolvidos em atos de “neonazismo” não pode ser provada, pelo contrário, pois entre os “neonazistas” presos ou fichados pela polícia predominam, amplamente, os sobrenomes de outras origens étnicas. Nesse sentido, a lista do “núcleo duro” do “neonazismo” paranaense apresenta a seguinte nominata<sup>24</sup>:

Anderson Marondes de Souza  
Bruno Paese Fadel  
Eduardo Toniolo Del Segue (“Brasil”)  
Edwiges Francis Barroso (“Franciele”)  
Fernanda Keli Sens  
Regina de Brito  
Raul Astutte Filho

André Lipnarski (“Pinduka”)  
Drahomiro Michel Romanowski  
Carvalho (“Gavião”)  
Estela Herman Heise  
José Carlos Domingues dos Santos Lílian  
 (“Cazé”)  
Valmir Dias da Silva Machado Jr.

<sup>21</sup> DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Campinas: UNICAMP, 2007 (dissertação de mestrado).

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 35 e 109, respectivamente. Na segunda citação, não fica claro que a autora quer dizer com o “separatismo” dos antepassados, mas, possivelmente, ela esteja pensando nas suposições surgidas no século XIX de que a Alemanha tentava transformar as assim chamadas “colônias alemãs” do sul do Brasil em território alemão.

<sup>23</sup> Na página 35, nota 42, a autora escreve: “Grande parte dos dados acerca do neonazismo no Brasil se refere a dados citados na Web pelo sociólogo Túlio Kahn, Pesquisador do ILANUD – Instituto Latino-Americano para a Prevenção de Delito e Tratamento do Delinqüente (<http://ilanud.org.br/>), órgão das Nações Unidas voltado para o combate à criminalidade na América Latina”. Na dissertação, não é apresentada outra fonte sobre o número de “neonazistas” no Brasil e em Santa Catarina.

<sup>24</sup> A nominata pode ser composta a partir das informações nas seguintes fontes: Folhaonline, 18/11/2005 (Cotidiano); <http://celar.pr.gov.br/mppr/noticiamp.nsf/9401e882a180c032356d790046d022/d0db91fed7c174c6832570f90046459?Op=enDocument>

Tudo isso não elimina a possibilidade de que a maioria dos “neonazistas”, efetivamente, se concentre em Santa Catarina e de que, ali, todos eles tenham sobrenomes alemães. Mas parece que o fato de que a autora da dissertação em questão estava muito influenciada por um senso comum praticamente unânime a levou a despreocupar-se com provas mais consistentes em relação às suas afirmações – e nem se deu conta dos indícios de que a equação não é tão líquida e certa quanto parece.

Em conclusão, a dissertação mostra que a convicção sobre o caráter problemático da inserção dos descendentes de alemães na realidade brasileira continua tão inabalavelmente presente no imaginário de uma parcela significativa da opinião pública brasileira que até a qualidade de pesquisas acadêmicas pode ser afetada por ela. Talvez, pela mesma razão, historiadores, sociólogos e antropólogos não têm enxergado uma série de aspectos, no mínimo, interessantes que caracterizam as comunidades formadas a partir do processo de colonização com alemães, italianos e poloneses, no sul do Brasil – justamente no campo político-cultural. Essas comunidades apresentam uma configuração relativamente democrática, do ponto de vista social, pois tiveram sua origem num sistema nivelador de pequenas propriedades agrícolas. Ao contrário daquilo que a maioria das pessoas pensa, nos municípios em questão, a participação política da população é intensa, com destaque para a representação das mulheres, a distribuição da renda é bastante eqüitativa, as administrações municipais têm recebido avaliações positivas em pesquisas regulares de âmbito nacional, o nível de educação está entre os melhores do Brasil, a tolerância política e religiosa é muito maior do que o senso comum imagina.<sup>25</sup>

*Artigo recebido em 19/09/2008 e aprovado em 12/12/2008.*

<sup>25</sup> Cf. algumas referências concretas nessa direção em GERTZ, René E. Como é possível continuar escrevendo História Política? *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, vol. 13, n. 23/24, p. 122-128, 2006.